



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (COPEIJ)**
(Rio de Janeiro/RJ, 27/28 de março de 2012)

Aos 28 dias do mês de março de 2012, às 9h30min, nas dependências do Ministério Público do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a I Reunião Ordinária da Comissão Permanente da Infância e Juventude (COPEIJ) deste ano. Estiveram na reunião os promotores de justiça cujos nomes constam das listas de presença que estão em poder da Coordenação Geral do GNDH. 1) Como primeiro item da pauta, foram adotados os procedimentos pela Dra. Soraya Escorel para a eleição da Coordenação da COPEIJ, sendo aclamada a colega Andrea Mismotto Carelli, como coordenadora do período, compondo a coordenação como Vice Coordenadora Tânia Garcia Santiago e Secretária Sassenazy Soares Rocha Daufenbach. 2) Após, a Dra. Soraya Escorel expôs todas as questões relativas às deliberações da reunião dos coordenadores, dentre os quais a nova temática para o ano de 2012, o que gerou pelos membros do grupo vários questionamentos, uma vez que muitos entendem que não pode ser abandonado o tema anterior - campanha antidrogas (combate ao CRACK). Desta forma, sugeriu-se encaminhamento a Coordenação do GNDH no sentido da manutenção dos trabalhos neste diapasão. Por outro lado, caso não seja acatado o encaminhamento do grupo de manutenção do tema, que se opte, dentre da nova temática proposta (Cidadania – 1ª infância), pelo fortalecimento e implementação do SUAS. Posicionaram-se pela manutenção do tema os Drs. Murillo José Digiácomo, Fernando Henrique Araújo, Priscilla Linhares Albino; Andrea Mismotto Carelli; Miriam Teresa Cardoso Machado. Dra. Liana Tormin trouxe o reforço no sentido de manutenção da temática do enfrentamento das drogas e sugerir às outras comissões. A coordenadora pontuou a necessidade de contemplação de uma estratégia, em caso de não ser aprovada a ideia de manutenção do tema, ressaltando a defesa de contemplar a efetivação do SUAS. Na finalização do assunto, pontuou que devemos manter em cada Estado a discussão relacionada à questão da saúde mental. A Dra. Maria Regina Fay de Azambuja, pondera que precisamos de pontos comuns que cheguem a comunidade, ou seja, ações práticas, não trabalhos individuais. 3) Noutro ponto, o Dr. Murillo José Digiácomo pontua que precisamos solicitar ao GNDH que interceda junto ao CNPG com o fito de obter a efetivação das deliberações do grupo, pois se assim não o for, os trabalhos não se materializam perante os Ministérios Públicos Estaduais, apontando a sensação de que não se conseguiu fortalecer as proposições do grupo (COPEIJ). 4) O Dr. Rodrigo Medina, fez proposta para a plenária nos seguintes termos: a) no tema da



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

companha antidrogas, contribuir com a efetivação de um trabalho conjunto com a COPEDS, ficando a COPEIJ responsável por uma cartilha versando acerca de Saúde Mental; b) normatização e redefinição de papéis dos novos equipamentos levando-se em conta as novas estratégias das políticas federais de enfrentamento as drogas (instalação dos equipamentos – CATI); c) manter a temática do enfrentamento das drogas e sugerir as outras comissões. 5) Dra. Angela Rotunno (secretária executiva do GNDH) compareceu a reunião e explicou que amanhã serão compiladas todas as propostas apresentadas pelos grupos com relação a temática de enfrentamento as drogas e, assim, com esta compilação, poderá ser pensado um novo tema para este ano de 2012. Na mesma oportunidade, o Dr. Eduardo de Lima Veiga (Presidente do GNDH) resgata a origem do GNDH, ponderando que, em razão desta origem, o ordinário seria que os Procuradores Gerais (no CNPG) ditassem as regras, contudo, como há grupos de Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça que se especializam em determinados temas, deixou-se que os especialistas atuassem livremente. Contudo, pondera que há necessidade de convencimento dos Procuradores Gerais, através das reuniões do CNPG. Ressalta que falta o trabalho de cada especialista em convencer o seu procurador-geral acerca da relevância de cada tema. A Dra. Angela Rottuno, pontuou que o trabalho é exatamente este, convencer os procuradores-gerais da consistência do trabalho. Diante das exposições, o grupo definiu, à unanimidade, defender a manutenção da discussão do tema afeto a problemática do enfrentamento às drogas e, alternativamente, que em vencendo a proposta, seja efetivada a implementação do SUAS. Definiu-se, ainda, a criação da subcomissão de saúde mental da COPEIJ, composta pelos Drs. Priscilla Linhares Albino (coordenadora), Soraya Escorel, Rodrigo Medina, Jeferson Dias e Miriam Teresa Cardoso Machado, para os trabalhos conjuntos com as demais comissões, ficando a equipe comprometida a apresentar um cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos durante o ano sobre este tópico, na próxima reunião. O referido cronograma deverá contemplar como a COPEIJ poderá deliberar estratégias de atuação tanto para serem levadas como sugestão aos Estados, quanto a incidência junto a esfera federal no que se refere ao aperfeiçoamento da política de enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas. 6) Dr. Rodrigo Medina trouxe os encaminhamentos acerca das discussões das questões relativas às “doações” casadas, ou como preferem alguns, das destinações casadas. Trouxe, também, as pontuações sobre a classificação indicativa, notadamente sobre a importância do tema, dada a relevância na formação da pessoa em desenvolvimento da programação veiculada notadamente pelas emissoras de TV aberta. Argumentou acerca dos debates que estão sendo feitos no STF em razão do trâmite de um processo no qual se discute se a classificação indicativa é constitucional, uma vez que, em tese, ela atentaria contra o direito do livre pensamento e da liberdade da manifestação artística. Assim, foi proposto pelos membros da comissão que a COPEIJ solicite ao CNPG que tenhamos um integrante acompanhando o caso, bem como a divulgação de uma nota pelo CNPG acerca da temática. Foi aprovada a proposição,



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

ficando o Dr. Anderson Pereira de Andrade encarregado da elaboração nota para amanhã. Da mesma forma, foi escolhida a Coordenadora da COPEIJ como nome para acompanhamento do caso, em reforço ao trabalho do colega Rodrigo Medina, que já acompanha os debates. Com relação as doações casadas, foi proposta a formulação de representação à Procuradoria da República para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade com relação a resolução n. 137 do CONANDA, sendo delimitado como membros responsáveis pela subcomissão temática do FIA os Drs. Rodrigo Medina, Leonardo Nagashima, Murillo José Digiácomo e Jefferson Dias. Prazo para apresentação da minuta de representação para ADIN: 30 dias; Prazo para participação do grupo por meio de e-mail para sugestões ao texto: 10 dias; Prazo para finalização da representação: 10 dias. Prazo para a reunião com a PGR: 20 dias. 7) Drs. Rodrigo Medina e Fernando Henrique de Moraes Araújo efetuaram pequena exposição acerca dos dispositivos importantes que instituíram o SINASE. Dentre outros, na exposição, pontuou-se pela necessidade de um melhor esclarecimento do alcance dos artigos 35, 36 e 38 do Sistema; os colegas mencionaram que o SINASE, pelo menos em parte, reforçou a idéia da Justiça Penal Juvenil, já que dispões que adolescente não pode ter pena mais severa que o adulto em caso de co-autoria. Outro item que reforça a escolha pela ideia de Direito Penal juvenil é a regulação acerca da, unificação de medidas. Foi aprovada a criação de uma subcomissão para a discussão de como será a atuação da COPEIJ com relação a entrada em vigor e a efetividade das diretrizes previstas no SINASE. Membros: Drs. Anderson Pereira de Andrade (coordenador), Adriana Gomes Moreira dos Santos, Tânia Garcia Santiago, Antonia Lima Sousa, Jefferson Dias (MPF) e Rafael Dias Marques (MPT). Na próxima reunião, a subcomissão apresentará cronograma de trabalho acerca de como será pautado o tema. 8) A seguir, os Drs. Rafael Dias Marques e Cristiane Lopes do MPT trouxeram as problemáticas acerca da violação de direitos no sistema de profissionalização dos jovens atletas. São lesões de direito à educação (perdem ano escolar, dada a migração de clubes); violação de direitos de saúde (CT não possuem atendimentos médicos); violação ao direito a formação profissional (contrato de trabalho – aprendem uma profissão, mas não possuem contrato); violação a convivência familiar e comunitária, além de da sujeição a instalações insalubres. Acentuam a necessidade de providências do MPT e MPE, notadamente em razão dos eventos esportivos que se avizinham. Dra. Cristiane Lopes (MPT), relata a forma de como o MPT e MPE começaram entabular a atuação conjunta e que, no estado do Paraná, os clubes começam a se conscientizar. Fala de dois diplomas legais principais que devem ser evocados no sistema de garantias, sendo eles a Lei Pelé e ECA. Dra. Cristiane pondera que já foram discutidas, também, que tipo de entidades são estas, sendo que se concluiu, nos trabalhos do MPT, que se tratam de estabelecimentos *sui generis*, sendo que o contrato de aprendizagem nestes casos não está sujeito a CLT, mas sim ao sistema preconizado na Lei Pelé. Ressalta a situação de insegurança da pessoa em desenvolvimento no que tange ao período de aprendizagem, ou seja, há uma



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

necessidade, premente, de acompanhamento. Dra. Cristiane Lopes noticiou que há um manual prático de atuação dos Procuradores do Trabalho nesta área, sendo que tal material será fornecido pelo Dr. Rafael Dias Marques. Proposta de encaminhamento pelo Dr. Rodrigo Medina: atuação integrada nacional dos MPE's com o MPT, com o escopo de deflagrar inspeções nos CT's, fiscalizando para as adequações e, se for o caso, a interdição dos CT's. Dr. Murillo Digiácomo pontuou que há de ser verificado que não se trata somente da apuração das questões dos CT de futebol, mas, no geral, dos adolescentes atletas de diversas modalidades esportivas. Informou que o Conselho Estadual do Estado do Paraná já editou resolução no sentido de disciplinar a questão da profissionalização dos atletas. Propõem que se sigam normativos similares as unidades de acolhimento institucional. O Dr. Rafael Dias Marques ponderou que o CONANDA já discute a edição de resolução no mesmo sentido daquela editada no Paraná. A coordenação encaminhou a proposta no sentido de que seja formada subcomissão para a formalização de um protocolo visando a atuação no âmbito da formação do atleta adolescente, sendo indicados: Drs. Rafael Dias Marques (coordenador); Rodrigo Medina; Soraya Escorel e Murillo Digiácomo. Foram aprovadas as duas propostas, atuação conjunta e formação da subcomissão, que apresentará na terceira reunião do ano minuta da proposta da atuação conjunta. 9) Dr. Rafael Dias Marques trouxe a proposta de Campanha no que tange ao trabalho infantil. Pontuou o colega que a proposta é de uma campanha em nível nacional e que disponibiliza o material (em CDR) para aqueles que quiserem trabalhar em suas respectivas unidades. A Dra. Soraya Escorel sugeriu que, ao invés da campanha ser através da COPEIJ, que se efetivasse através dos PGJ's, com vista a possível implementação, sendo tal proposta aprovada. 10) Ainda que não especificada na pauta, Rodrigo Medina noticiou que irá no CNPG noticiar e requerer apoio político institucional para que a Defensoria Pública cesse a prática do exercício de atribuições afetas, exclusivamente, ao Ministério Público, sendo que a coordenação propôs que a COPEIJ consolide apoio a idéia. Dra. Tania Garcia propôs que para fazer frente a atuação da Defensoria Pública, o Ministério Público precisa de uma proposta de trabalho, sendo que sugere seja acerca da discussão do SINASE. Ao final dos trabalhos do primeiro dia, o Dr. Rafael Dias Marques (MPT) solicitou a retirada da pauta do tema "Trabalho Infantil Artístico", propondo a reapresentação em tempo oportuno. 11) A Doutora Priscila Albino Linhares sugeriu intervenção dos membros do Ministério Público, em suas respectivas unidades, no sentido de que o maior número de Promotores de Justiça participem do evento da ABMP. No segundo dia dos trabalhos, a coordenação trouxe o primeiro item da pauta que foi a discussão a respeito da proposta da COPEVID de criação de Varas especializadas para julgamento de crimes contra a criança. Dra. Denise Casanova Villela trouxe à lume que no Rio Grande do Sul, estão ocorrendo decretações da nulidade dos processos em razão da vara não possuir competência criminal. O Dr. Murillo Digiácomo pontuou que temos que amadurecer a ideia (quais crimes a Vara abarcaria); agregar a discussão com todos os atores responsáveis pela



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

responsabilização (MP, Judiciário, P.Judiciária Civil), bem como sugeriu que, em caso de criação da Vara, que tenham competência Criminal. **12)** A discussão anterior foi suspensa, e no seguimento a equipe da SDH iniciou a apresentação acerca do novo sistema do disque 100. Inicialmente, o Dr. Bruno Renato (Ouvidor) iniciou a explanação acerca do disque 100, ressaltando a perspectiva de se obter celeridade nos encaminhamento das notícias de violação de direitos. Dr. Pedro (SDH), fez um relato acerca das conversações já entabuladas entre a COPEIJ e SDH e iniciou a apresentação, mostrando uma caixa de entradas similar ao OUTLOOK. Ponderou que eles trabalham com a perspectivas que os CAOPS continuem como recebedor direto das “denúncias”, sem prejuízo de encaminhamento para parte da rede (Conselho Tutelar e Delegacias de Polícia). Em seguida, terminada a explanação, os membros da COPEIJ iniciaram os debates com a equipe da SDH. O Dr. Rodrigo Medina apresentou duas propostas: a) deliberação acerca da aceitação do sistema do disque 100 apresentado e desenvolvido pela SDH; b) viabilização da capacitação para a operacionalização do sistema. À unanimidade a comissão aprovou o atual formato do sistema, ressaltando a possibilidade de aperfeiçoamento futuro. Com relação à qualificação sugerida pelo Dr. Rodrigo, a SDH sugeriu que cada Ministério Público indique dois representantes, entre membros e servidores, para a referida participação em um seminário a ser realizado no mês de maio, sugerindo os dias 7 e 8, em Brasília. A data foi acatada pelo grupo, assim como a participação no seminário. A SDH comprometeu-se a enviar ao e-mail já cadastrado dos CAOPs a planilha para lançamento dos dados para cadastro das Promotorias de Justiça destinatárias das “denúncias” até o dia 2 de abril, sendo que a Comissão acordou que os dados serão encaminhados até o dia 30 de abril, diretamente pelos CAOPs de cada Estado à SDH. Deliberou-se que cada CAOP remeterá a SDH os nomes dos participantes no curso de capacitação até o dia 15 de abril no e-mail fabiano.lima@sdh.gov.br. O Dr. Fernando sugeriu que seja viabilizada a repactuação do disque 100, sendo que a Coordenadora ponderou que os signatários fossem o CNPG e a SDH, ideia acolhida pelo grupo, e com a qual os representantes da Secretaria de Direitos Humanos assentiram. Foi sugerido que a assinatura do documento de repactuação fosse formalizada no encontro da ABMP, no dia 18 de maio. Desse modo, foi constituído um grupo de trabalho composto por membros da COPEIJ e da SDH com o fito de elaborar o mencionado documento (Termo de Cooperação Técnica) os Drs. Rodrigo Medina, Soraya Escorel, Denise Villela, Tânia Santiago pela COPEIJ, e Pedro Costa Ferreira e Fabiano Lima pela SDH. Ao final, a houve o agradecimento do Ouvidor da SDH, Dr. Bruno, pela atenção e acolhida, ao que a Coordenação também agradeceu, ressaltando a necessidade de um diálogo perene entre as duas instâncias. **13)** No final da manhã, retomou-se a discussão acerca da criação de Varas Criminais no Juizado da infância e Juventude (proposta concitada pela COPEVID) para o julgamento de crimes criados contra criança e adolescentes, proposta esta que foi aprovada no sentido de que a Dra. Priscilla Linhares, gestione junto ao CNMP, para que tal seja discutida e



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

entendendo a Conselheira Dra. Tais Ferraz ser pertinente, encaminhar proposta aos Ministérios Públicos Estaduais e ENASP. 14) Na abertura dos trabalhos da tarde, o Dr. Fernando Henrique Araújo apresentou roteiro de atuação no enfrentamento da questão afeta ao uso de substâncias psicoativas levando em consideração os atos normativos publicados recentemente. (...) Nada mais sendo debatido, encerrou-se a presente às, sendo que eu Sassenazy Soares Rocha Daufenbach (secretaria), lavrei a presente que vai subscrita por todos.